



AIJE Nº 1943-58,2014,6,00,0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

AUDIÊNCIA DE EDUARDO HERMELINO LEITE

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Senhor Eduardo, agradecemos a sua presença aqui na Justiça Eleitoral, e eu vou
primeiramente realizar uma pequena qualificação do senhor, está ok?
O senhor é natural de onde?
O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): São Paulo.
O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): São Paulo.
Está residindo onde?
O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente):
O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar):
também? Por favor, o senhor decline o endereço.
O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente):

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Senhor Eduardo, o objeto dessa ação, como o Ministro já comentou, é uma ação de investigação judicial eleitoral. É uma ação tipicamente eleitoral e tem por objeto a investigação da campanha de 2014, da presidente Dilma Roussef e do vice-presidente, à época, Michel Temer.

O senhor conhece pessoalmente algum dos dois?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não.





AIJE Nº 1943-58,2014,6,00,0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tem alguma relação de amizade ou inimizade?
 - O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Nenhuma.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor tem algum tipo de interesse nessa causa?
 - O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então o senhor assume o compromisso, nos termos da lei, em dizer a verdade sobre os fatos que lhe forem perguntados.
 - O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Sim.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Sob pena do crime de falso testemunho. Ok, Senhor Eduardo?
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): (ininteligível)
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Bom, Senhor Eduardo, o senhor realizou um termo de colaboração premiada na Justiça Federal do Paraná.
 - O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Exato.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor confirma aqui todos os termos do seu depoimento lá?
 - O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Confirmo.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tá ok. Aqui, lá na colaboração premiada, o senhor, na condição... o senhor era dirigente da Camargo Corrêa, é isso?
 - O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Perfeito.





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

10 DE SETEMBRO DE 2016

- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Continua até hoje?
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não. Não mais.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Quando o senhor encerrou suas atividades na Camargo Corrêa?
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Em dois mil e quin... Maio de 2015.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Maio de 2015 foi seu último período na Camargo Corrêa?
 - O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Exato.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Lá... O senhor iniciou lá quando?
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Em fe... março de dois...de 94.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Mês de março de 94. Muito bem. O senhor relatou, na colaboração premiada, a existência de alguns pagamentos de propina, comissões sobre contratos envolvendo a Camargo Corrêa e a Petrobras. O senhor confirma?
 - O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Confirmo.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Eu gostaria que agora, sucintamente, o senhor relatasse como funcionou essa sistemática e, na medida do possível, trazendo datas e pessoas com quem... que participavam disso.
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Rapidamente. Em 2009, eu assumi a função de Diretor da Área de Óleo e Gás da





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

Camargo Corrêa, no qual me foram passados os pactos que a empresa tinha com operadores que eram responsáveis por entregar propina às diretorias da Petrobras. Isso já estava pactuado e a minha obrigação residia na... dar fluidez – fazer com que esses repasses ocorressem. Na discussão desses repasses junto aos operadores, constantemente era citado que cada diretoria acolhia um partido político. No caso da Diretoria de Engenharia e Serviços, era o PT que era atendido, e na Diretoria de Abastecimento era o PP – Partido Progressista. Não tive contato com nenhum dos políticos, somente com os operadores. Os operadores que, efetivamente, comentavam que existia este vínculo.

Os pagamentos sempre ocorreram através de ... da propina através de terceiros – o que eu quero dizer com isso? A Camargo não operava sistema de Caixa Dois. Então, ela se utilizava de serviços de empresas terceiras, que, efetivamente acabavam dando um destino para o recurso.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Essas empresas, como regra, eram empresas de fachada ou eram empresas...?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não tinha uma regra específica. Preferencialmente, não eram... no caso da Camargo, não eram empresas de fachada. Então, até as empresas que foram citadas no decorrer de todo o processo, que envolviam, por exemplo, o operador Youssef, nenhuma dessas empresas foi utilizada na Camargo. A Camargo se utilizou normalmente de prestadores de serviços que já existiam dentro da Camargo e os contratos eram majorados.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Entendi. E essas empresas eram indicadas por quem, para o senhor, para que fosse feito o pagamento?







AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Então, normalmente eram empresas que já... já estavam prestando serviços dentro da Camargo Corrêa.

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Sim, mas eu digo, por exemplo, tinha um percentual a ser pago no contrato que deveria ser destinado à área de abastecimento...

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Sim.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): ...ou partidos políticos que eram beneficiados nessa área. Havia a indicação, pelo operador, de qual seria a empresa que o valor deveria ser pago?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Vamos lá. Nós tínhamos – eu citei o caso do abastecimento – no caso da Diretoria de Engenharia e Serviços, todo o repasse foi feito através do Senhor Júlio Camargo. Então, as empresas do Senhor Júlio Camargo eram as empresas que recebiam os recursos da Camargo Corrêa, e ele... é... é... que fazeu... a... a passagem pra Diretoria de Serviços. Para a Diretoria de Abastecimento, que tinha como operador o Youssef, ele tinha interesses em... em trazer sempre empresas novas, tentar incluir aí até acho que interesses comerciais pessoais dele, de trazer o cara pra fazer algum fornecimento, além de se utilizar dele como um terceiro. Então, nó...eu vivia... a gente vivia as duas situações, né?

Agora, o percentual ele já estava pactuado. É...Desde que eu assumi a Diretoria de Óleo e Gás, nós não ganhamos nenhum contrato novo – os contratos já estavam celebrados. E pra mim me foi passado que nós tínhamos um percentual que era de 1% a ser pago pra cada diretoria.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Esses pagamentos foram realizados até quando?





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00,0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Esses pagamentos foram realizados até... ...com certeza, dezembro de 2013. Eventualmente, alguma coisa aí no decorrer de 2014.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Sempre sob essa sistemática de pagamento de prestadores de serviços?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Sempre sob essa sistemática.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor sabe mencionar algumas ou outras prestadoras? O senhor comentou das empresas do Senhor Júlio Camargo...

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Isso.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): ...uma outra que...

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Então, nos... meus anexos eu cito todas as empresas que foram utilizadas e forneci todos os contratos que foram utilizados. Mas, por exemplo, para área de abastecimento foi usada uma empresa de tubulação – que é a Sanco, né? Para também a área de abastecimento foi utilizado uma empresa de consultoria de engenharia – que eu não vou saber lhe precisar o nome. Mas, todas elas... e todas elas, inclusive, volto a repetir, fazem parte dos anexos... é... é... que são provas e...

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tá certo. O senhor comentou então dos operadores. Com membros de partidos políticos, ou políticos, o senhor chegou a ter reunião?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Eu tive dois ou três encontros com o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores. Como é que isso se deu? Em determinado momento, no ano de 2009, entre 2000 e... no final de





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00,0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

2009 e começo de 2010, à saída de um restaurante em São Paulo, me foi apresentado ele como tesoureiro do PT, houve uma troca de cartões – veja bem, eu não... nunca tive como atribuição, nos meus vinte anos de Camargo, de cuidar de políticos. Eu sempre cuidei de negócios na área privada. E eu não sou muito dado a, não tenho muito traquejo pra esse trato. Não gosto. Então, me foi apresentado, houve um

a troca de cartões. Depois essa pessoa me procurou, queria marcar uma reunião, eu falei que a receberia na Camargo.

- Ah, não. não pode ser no final do dia?
- Pode. Indiquei um local perto da minha residência, que é um local que…é onde, inclusive, quando um funcionário quisesse conversar comigo, fora do expediente, era um lugar que eu marcava, porque estava a dois quarteirões da minha casa e era confortável. E me encontrei com ele lá. Ele me escancarou logo de cara que…ele falou:
- Olha, eu sei que a Camargo deve propinas referentes à Petrobras na área de serviços que atende aqui ao Partido dos Trabalhadores e eu queria ver com você se a gente tinha como dar fluidez, porque a dívida está alta e vocês não estão pagando.

Eu coloquei que a empresa tinha dificuldades em efetuar os pagamentos porque os montantes eram altos, 1% de... daqueles contratos eram valores significativos, e ele me perguntou se a empresa não tinha interesse em fazer isso através de doação eleitoral. Coloquei para ele que eu não tinha como responder, porque eu desconhecia qual era o procedimento da empresa para doação eleitoral, mas me dispus a colocá-lo em contato com a pessoa da Camargo que cuidava disso — que era um par meu, que era o vice-presidente da área institucional.





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

Agendei uma reunião na Camargo Corrêa, no qual o tesoureiro do PT compareceu, Senhor João Vaccari, o recebi socialmente ali para...e apresentei – até me estranhou, a Camargo não o conhecia... A Camargo, fruto de passado do que ocorreu com ela aí de uma operação anterior, estava meia arredia com relação à questão política, não é? – eu o apresentei. Houve uma reunião entre eles, e o que me foi informado é que a Camargo não pagaria propina através de doação eleitoral.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Nunca foi feito então doação eleitoral pela Camargo para...ou era feito... ou eram realizadas doações regulares e essa parte que era propina de contrato não foi informada como doação eleitoral?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Eu acredito que não foi feito, porque, como era eu que controlava a propina, nenhum momento alguém me falou: abata, porque... Então assim, isso em nenhum momento me foi passado.

- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então se houve doações eleitorais foi algo à parte...
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Entendo que sim.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): ...dos contratos regulares?
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Entendo que sim. Da Petrobras, eu não tenho dúvida.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Além do Senhor João Vaccari, encontrou com algum dirigente de outro partido político? Alguma...
 - O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não. Não.





AIJE Nº 1943-58,2014,6,00,0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tá. E... esses... o senhor mencionou, que, eventualmente, em 2014 tivesse sido pago alguma coisa ainda e, em 2013 o senhor mencionou que, com certeza ...

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Com certeza.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): ... foram pagos os valores. De contratos ainda antigos, aqueles anteriores a 2009...

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): É, veja bem. A dívida da Camargo, como eu lhe falei, era 1% sobre os contratos que ela detinha junto à Petrobras. A Camargo tinha contrato celebrado junto à Petrobras desde dois mil e... dessa leva, vamos dizer assim, que me foi passada, 2004, 2005 e 2006, né? Que foi um período ali, de grandes contratações por parte da Petrobras. Então essa dívida ela já vinha, porque, realmente, 1% desses contratos era um valor significativo para você efetivamente conseguir fazer.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Como era a adimplência da Camargo, era alta, baixa?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Ah, nós éramos mau pagadores. Éramos tratados como mau pagadores. Eu acho que até por isso a distância do político com relação à interface.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Nesse período de 2013/2014, que era um período próximo ao período eleitoral, o senhor notou alguma mudança na sistemática? Algum aumento da pressão por pagamento?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não, é sempre o... sempre igual. Sempre... Por... por ser uma dívida grande, né, nós éramos bem cobrados, né? Nós...





AIJE Nº 1943-58,2014,6,00,0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E esses pagamentos que eram realizados, Senhor Eduardo, em algum momento, era colocado na mesa de negociação algum tipo de ameaça, algum tipo de: olhe, ou você paga ou a Camargo terá algum tipo de prejuízo?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Veja bem, aconteci... na prática, acontecia isso, né? No caso da Camargo, a Camargo sempre foi tratada com uma certa rigidez pelos diretores da Petrobras. Eu vou até lhe citar o caso de quando eu assumi, imediatamente eu busquei contato com...conhecer os diretores da Petrobras, né? E fui tratado rispidamente. A Camargo tinha acabado de vencer a licitação da Refinaria Abreu e Lima, do coque da Refinaria Abreu e Lima, e não assinava o contrato. E o contrato não era assinado, não era assinado e eu fui procurar os diretores, já tinha acontecido a licitação, pra saber o que estava acontecendo.

- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Esses diretores eram...
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Paulo Roberto e o Renato Duque. Renato Duque me tratou com uma aspereza absurda. Foi muito difícil qualquer conversa. Paulo Roberto um pouco mais dócil. E... lógico, nenhum deles associou, mas, imediatamente após esse encontro, os operadores me procuraram e falaram:
- Olha, pra você assinar o contrato, as coisas vão ter que voltar a acontecer, e a Camargo não está fazendo acontecer. Não é?
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Quem falou isso pro senhor foi?
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): O Alberto Youssef e o Júlio Camargo, né? Com ambos era natural essa... essa... Aí eu fui chamado para uma reunião na casa do Senhor Júlio Camargo, um jantar na caso do





AIJE Nº 1943-58,2014,6,00,0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

Senhor Júlio Camargo, onde se encontravam o Senhor Pedro Barusco e o Senhor Renato Duque. E ali, efetivamente, eu fui cobrado com relação aos atrasos que a Camargo tinha, passei a informação que a empresa sempre me autorizou a passar que é: vamos honrar, mas a dificuldade operacional era grande; mas vamos fazer isso na medida do possível, com a velocidade que for possível – Ah... é assim, não adianta matar o devedor senão você não recebe, então as pessoas acabam... isso fez com que as coisas gradativamente fossem se amaina... fossem tendo um pouco mais de tranquilidade. E aí assinamos o contrato da refinaria...

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Nesse contrato da refinaria já estava definido algum percentual?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Já estava definido já desde antes da licitação.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Qual era esse percentual?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Um por cento.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Um por cento.

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Para cada diretoria.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Para cada diretoria?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Para cada diretoria.





AIJE Nº 1943-58,2014,6,00,0000

10 DE SETEMBRO DE 2016

- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor sabe se havia dentro desse um por cento, algum tipo de divisão interna entre eles... (ininteligível)?
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Era comentado que existia. Veja bem, eu não sei o... porque como eu não...não era... nós não pagávamos diretamente, era sempre através de terceiros, a gente não sa... a gente não via qualquer partilhamento, a gente ouvia falar.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E o pagamento para terceiros sempre era feito por meio de faturas?
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Sempre, sempre.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Nunca foi entregue nada em dinheiro ou conta no exterior?
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não. Nunca.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Pela Camargo, não?
 - O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não.
 - O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tá certo.
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Vale a pena até citar, que foi o que eu coloquei: a Camargo pagou cerca de 110 milhões através dessa sistemática de fornecedores.
- O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Cento e dez milhões?





AIJE Nº 1943-58,2014,6,00,0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Cento e dez milhões.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Senhor Eduardo, o senhor falou que, pelo que o senhor se recorda, os últimos pagamentos foram em 2014.

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): É. Final de 2013 e pode ter acontecido alguma coisa em 2014. Sim. Por quê que eu me lembro disso? Porque em 2013, mais ou menos, foi me pedido, no final do ano, um pagamento para o Senhor Paulo Roberto – através da consultoria do Senhor Paulo Roberto, agora me lembrando, que era a Costa Global –, de três milhões. Isso foi em 2013. E eu não sei se ficou algum pagamento assim no deco... Veja bem, eu não... eu não acompanhava em detalhe o momento em que o pagamento ocorria e como ele ocorria, até porque a utilização de prestadores de serviços para efetuar o pagamento se dava fora do âmbito do meu controle; se dava dentro do âmbito operacional da empresa e não do meu controle. Então eu não tinha esse acompanhamento. Mas eu acredito que pode ter acontecido alguma coisa um pouco a *posteriori*. E aí logo em março, se não me engano, houve a Operação Lava jato e eu não acredito que a Camargo, a partir daí, tenha feito mais nenhum pagamento.

- O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Esse valor de cem milhões...
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Cento e dez milhões.
- O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Cento e dez milhões, foi em que período? Aproximado.
 - O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): É...
- O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Aproximado.





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): De 2005, 2006 até 2013,2014.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): E antes de 2005?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Eu não tenho essa informação. É... Eu não tenho informação se houve e de que forma foi, até porque isso não me chegou. Quando eu assumi, o que existia lá, sobre contratos que tinham sido celebrados recentemente. Eu sei que houve uma grande licitação no período de 2001/2002, de dutos – na época eu tive que estudar o cliente, que eu estava indo cuidar. Mas não me foi passado nada, porque eram obras encerradas e não... não teve mais nada.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): E esses 110 milhões foram inteiramente para o Partido do Trabalhadores ou inclui doações...?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não. São duas divisões: foi 1% para Diretoria de Abastecimento e 1% para Diretoria de Engenharia e Serviços.

Desses 110 milhões, eu paguei 47 milhões para a Diretoria de Abastecimento e 53 milhões para a Diretoria de Serviços. Entendendo que, quando eu pagava para a Diretoria de Abastecimento, o Partido Progressista era atendido e quando eu pagava para Diretoria de Serviços, o Partido Trabalhista era...

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Eram só esses dois partidos?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): O que me foi informado, à época, só. Era isso que eu escutava falar. De novo, não tive... o único contato político que eu tive – se é que se pode considerar político – foi esse encontro com o tesoureiro do PT.





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): Bom dia.

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Bom dia.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado): Eu gostaria que fosse esclarecida...

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Pois não.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): ... a seguinte circunstância. Os diretores Paulo Roberto Costa e Renato Duque se afastaram da Petrobras em 2012, talvez — eu não vi informação. No entanto, a empresa continuou a fazer o pagamento até 2014, como o senhor disse. Por quê que a empresa continuou com esse compromisso? Alguém da Petrobras exigia esse cumprimento ou isso foi de uma forma voluntária?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Por que era... por quê que o pagamento era feito? Porque se você não cumprisse as obrigações comerciais, você não tinha tratativas comerciais com aquele cliente. O que é uma tratativa comercial com o cliente? Por exemplo, num mês... se você tem um mês de greve numa obra, isso gera um custo adicional pra... se a obra ficar parada por 15 dias, isso me gera um custo adicional na obra, sei lá, de 15, 20 milhões. Eu tenho que imediatamente tratar com o cliente – seja ele público ou privado –, levar um pleito e falar: olha, eu estou com um problema. Tem uma greve, como é que nós vamos lidar, isso é um custo que estou incorrendo. Esta possibilidade só existia se eu estivesse adimplente, dentro da Petrobras. Se eu não estivesse adimplente, eu não conseguia fazer essa discussão deste pleito.

Então, eu diria pro senhor que o pagamento, ele... ele, embora fosse sistemático, ele tinha como objetivo manter o relacionamento para ser atendido. E quando houve a saída dos dois diretores, foi num período de mudança, dentro da Petrobras, de direcionador da Petrobras. Entrou uma nova presidente, ninguém tinha





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

10 DE SETEMBRO DE 2016

noção de como la funcionar aquela máquina. E você não la confrontar, então, esta máquina, até que houvesse uma sinalização de como é que as coisas deveriam acontecer.

Os dois diretores me procuraram e sempre falaram – no dia que... inclusive, eles se desligaram, né, cada um a seu tempo – estou me desligando da empresa, então nós vamos fazer aqui um corte, até a data na qual eu estou ficando à frente... Só que eu devia, eu tinha anos de atraso de pagamento, não é? A Camargo deve ter feito perto de 8 bilhões de obras para a Petrobras. Deveria ter pago 80 milhões adicionais aos 110 que eu paguei.

Então, pro senhor ver, eu devia 80 milhões, pra eles era um valor... Então, é por isso que eu falo, as empresas é...... era o *modus operandi*. E aí você fala: podia parar? Podia. Acho que podia. Mas eu acho que era um confronto muito grande com uma estrutu... com o maior cliente do país, por exemplo, né? Eu... eu não tinha operado propina antes da Petrobras. Eu tinha clientes privados – então Alcoa, Vale... – e nesses clientes a gente não operava essa sistemática. Aí você fala: Você não estranhou? Estranhei, mas era uma... era a regra do jogo. Todo mundo jogava esse jogo. Então, você tinha que jogar.

Por isso que eu falo, né, se me perguntarem, hoje, se eu acredito – hoje, eu estou afastado da Camargo – se hoje tem alguma empresa pagando propina, eu não sei como é que está funcionando a companhia. Então é muito difícil a gente... houve uma... uma mudança de direcionador, o quê que está levando a essa mudança? Eu acho que o fato de não ter hoje mais a doação eleitoral empresarial colabora para que hoje não tenha mais o interesse de fazer essa movimentação.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): É... Mas, de qualquer maneira, me permita uma outra pergunta. Nesse período, quem mantinha o contato com o senhor pra dizer qual





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

empresa haveria depósito, enfim, direcionar o pagamento? Era o Senhor Vaccari? Ou...

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Era o Se... era o Senhor Júlio Camargo e o Senhor Alberto Youssef, cada um como operador de cada diretoria. Eventualmente, eu tive a pre..., no caso, a presença do Vaccari, pra uma cobrança mais específica que ele... eu acho que... o melhor ca... o que eu posso expressar melhor, é que eu tinha uma limitação de fluxo com o Júlio Camargo. Não é? Então, veio essa história de: pô, você não quer fazer doação eleitoral pra... pra ser uma forma de você conseguir atender a toda demanda que você tem de fazer de pagamento? Eu acredito que... eu não consigo associar aquela busca a um peíodo, a uma campanha eleitoral específica. Então, eu... eu consigo associar a uma necessidade que, eu entendo que o partido era abastecido por recursos de propina ali daquela diretoria.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): Algum pagamento a empresas fornecedoras do Partido dos Trabalhadores, que o senhor se recorde?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não. Pelo que... Na Petrobras, eu posso lhe afirmar que não. Porque isso, se ocorresse, seria do meu controle ou da minha informação. Porque, de novo, eu controlava a dívida. Então, alguém tinha de me informar, pra eu abater isso da dívida existente. Então, isso não aconteceu.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil): De minha parte, eu agradeço. Passo a palavra ao Dr. Flávio.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil): Flávio, da advogado da Coligação Muda Brasil.





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O Senhor controlava os valores que tinham que ser pagos para o Senhor Renato Duque e o Senhor Paulo Roberto, dentro dos contratos da Petrobras com a Engevix.

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Perfeito.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil): A quem o Senhor se reportava sobre esses pagamentos acima do senhor?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Internamente. Ela era a nossa estrutura. Nós... Eu tinha... Eu era o vice-presidente comercial, eu tinha um presidente, efetivamente, executivo da companhia, e a minha discussão ocorria junto ao presidente da companhia.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil): Nomes?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Doutor Dalton Avancini. Só vale aqui... pera aí, pera aí, eu errei aqui só em um detalhe. Isso a partir de 2011. Entre 2009 e 2011, eu era diretor comercial de Óleo e Gás. E o doutor Dalton era diretor superintendente de Óleo e Gás. Nós cuidávamos, exclusivamente, de Petrobras. Então, eu me reportava a ele, e nós discutíamos esse tema. Esse tema nos foi passado dos diretores anteriores a nós, que já cuidavam de Petrobras.

Então, em 2009 houve uma mudança na Camargo; eu e ele assumimos Petrobras, os diretores que já cuidavam disso, que era o Senhor Leonel e o Senhor João Auler, nos passaram – quando eles nos passaram: olha, tem uma dívida pra tratar com essas pessoas, quem eram os operadores... Inclusive, eu conheci o Alberto Youssef numa visita, até pra corrigir uma informação aqui que eu lhe dei, senhor, que foi feita do Senhor José Janene e do Senhor Alberto Youssef à





AIJE Nº 1943-58,2014,6.00,0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

Camargo Corrêa. Eu conheci o Senhor José Janene nesta... neste evento, onde me foi apresentado ele como operador.

Então, nesses... basicamente, isso era tratado pelos executivos. Eu e o Dalton, no caso... aí nós tínhamos um presidente da construtora, nós éramos uma diretoria; tinha um presidente, que era o Senhor Antonio Miguel Marques, que tinha conhecimento, não é? Mas sempre isso foi muito restrito a quem atuava com aquele cliente.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil): O Dalton, ou o Antonio Miguel Marques, alguma vez fizeram comentários pro senhor de alguns outros pagamentos feitos ao PT com recursos da sua área?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não. Não.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil): Quando o senhor termina esses pagamentos aí, entre dezembro de 2013 e alguns pagamentos em 2014, o senhor disse que tinha um saldo de 80 milhões ainda a ser pago?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): É difícil eu precisar, mas pode ser algo...

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil): Sim. Em 2014, ainda existia esse saldo a ser pago?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Ah, existia um saldo que, com certeza era um aí entre 40 e 80.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil): Saldo de 40 a 80. E, quando o senhor sai, em março de 2015, o saldo estava em aberto?





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Ah, sim, eu não sei... Pra falar a verdade, desde novembro de 2014, quando eu fui preso, a partir daí, eu não tinha mais... não tive mais nenhuma informação do que aconteceu na empresa.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil): E ainda havia um saldo a ser pago?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Sim.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil): E ele foi abatido, parcialmente, durante o ano de 2014, até novembro?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Eu não sei como é que foi feito.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil): Até novembro, o senhor estava lá.

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Sim, mas não houve pagamento desde o início da operação Lava Jato. A operação Lava Jato começou em março de 2014.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE CASAR PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil): Entendi. Ok, Presidente. Obrigado.

A DOUTORA MARILDA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil): (inaudível) O Senhor disse que...

O SENHOR HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Queira se identificar.

A DOUTORA MARILDA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil): Marilda, advogada da Coligação Muda Brasil.





AIJE Nº 1943-58,2014,6,00,0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

... E levou o Senhor Vaccari à empresa para ele conversar com alguém e essa pessoa disse que não faria doações eleitorais.

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Para quitar propina.

A DOUTORA MARILDA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil): Quando isso foi?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Em 2010.

A DOUTORA MARILDA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil): E quem foi essa pessoa?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Foi o Senhor Marcelo Bisordi, que era o vice-presidente institucional da Camargo Corrêa. E a área institucional, ela era a responsável pelas doações eleitorais.

A DOUTORA MARILDA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil): Esse Marcelo Bisordi definia quem e se a Camargo Corrêa faria doações ou não, pra todas as campanhas?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Eu não sei se ele era quem definia, ou se era de conselho; eu sei que ele era o executivo responsável por esse tipo de... de condução interna.

A DOUTORA MARILDA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil): E sempre foi, até o senhor sair, ou ele acumulou?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Acho que até sair, permanecia o Senhor Marcelo.

A DOUTORA MARILDA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil): Quem mais foi preso com o senhor, em 2014?





AIJE Nº 1943-58,2014,6,00,0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): O Senhor Dalton e o Senhor João Auler.

A DOUTORA MARILDA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil): João?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Auler.

A DOUTORA MARILDA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil): Auler.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): O Senhor Eduardo se referiu a um valor total de 110 milhões, que teriam sido pagos, sendo 47 para uma diretoria e 53 para a outra.

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Exato.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): E o Senhor disse que esta, de serviços, o senhor entende que seria também para o PT. Pelo que eu entendi, queria que o Senhor nos confirmasse, não houve nenhum pagamento da Camargo Corrêa para o PT?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não. No que tange à Petrobras, isso seria de meu conhecimento, porque eu... eu controlava esse fluxo. Não me houve nenhuma informação nesse sentido.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): Então não houve nenhum pagamento do senhor?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Nenhum.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): Quando o senhor fala "a Diretoria de Serviços", através daquelas empresas que o senhor mencionou. Não houve nenhum pagamento ao Partido dos Trabalhadores?





AIJE Nº 1943-58,2014,6,00,0000

10 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Ao Partido dos Trabalhadores, não.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): O senhor disse, de um outro diretor aqui, que é o Marcelo... Marcelo?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Bisordi.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): Bisordi. Que é o responsável pela execução, pelo pagamento de doações. O senhor sabe informar, nesse tempo todo de Camargo Corrêa, pelos 20 anos, se a empresa tinha uma política de doações eleitorais?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Sim. Com certeza.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): Qual era essa política?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Veja bem, eu não sei qual era o critério, qual era a forma, mas a empresa tinha uma atuação junto ao processo eleitoral. E... é difícil eu falar, como eu não participei de nenhuma decisão, mas a empresa tinha sim — por que não dizer? —, envolvimento político... não partidário, mas envolvimento político, por estar vivendo... os clientes eram da área pública... Então, assim... você... quando eu era diretor da área privada, eu cuidava da Vale do Rio Doce, eu participava de entidades no setor de mineração. Então, do meu cliente, não da minha atividade. Então eu acredito que a Camargo Corrêa fazia a mesma coisa na atividade política. Então, se eu tenho clientes que são públicos, vivem na política, eu tenho que atuar. Acredito que era esse o modelo. Não posso falar em nome da empresa, porque nunca vivi essa discussão. Mas é a conexão mais clara pra mim.





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): E aí, esses... essas contribuições eram para todos os partidos? PT, PDT, PMDB, PSDB, Democratas...

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Sim, sim. Eu tive só um ano uma... a partir do momento que eu virei diretor, na companhia, eu passei a ter direito de olhar e falar assim: espera aí, por que nós estamos gastando dinheiro com isso? Mas, só reclamava, não tinha o direito de ser esclarecido. Por quê? Porque isso impactava, de alguma forma, no resultado da companhia e no meu bônus. Então, assim, todo ano... e foi um ano eleitoral em que a Camargo gastou alguma coisa como 90 milhões em doações eleitorais, para diversos partidos, para diversas campanhas. E eu falei: puxa, um montante significativo, não é? Mas era significativo porque era relacionado ao faturamento da companhia, não é? E a Camargo, estava faturando 6 bilhões, à época. Então eu entendi que isso era normal.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): O senhor sabe dizer se de 2008 a 2013 a Camargo teria doado algo em torno de 183 milhões de reais a diversas campanhas?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): É possível.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): É possível. Não é um número que lhe assusta?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): Por último, eu queria relembrar um pouco esse primeiro encontro que o senhor teve com o Senhor Vaccari. O senhor se recorda aonde foi, em qual restaurante, quem lhe apresentou ao Senhor Vaccari?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Já se vai... Assim, eu tenho muito... É porque isso foi em 2009... se você fala assim, poxa,





AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

naquela época eu não queria nem saber quem era o tesoureiro do PT. Então, assim, com certeza, foi próximo à Faria Lima, onde é nosso escritório; com certeza, quem me apresentou foi ou é alguém do setor. Mas eu não tenho assim... a precisão eu não dou.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): O senhor disse, pra finalizar, que ele teria lhe dito que a Camargo devia propina. Ele usou essa expressão: propina?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): É... eu posso estar um pouco contaminado, até por tudo o que eu li depois do que aconteceu. Ele pode ter falado propina, pode ter falado pixuleco, pode ter falado qualquer coisa. Mas foi dito sobre o 1% de obrigações que a Camargo tinha. Qual foi o nome utilizado, eu não sei...

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): Não se recorda se usou propina.

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): ... mas. Mas alguma coisa associada a algo não convencional. Pode ter chamado de comissão, qualquer coisa.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Senhor Eduardo, esses... essas outras doações feitas a partir de termos diversos, tinham uma vinculação com contratos?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Que eu saiba, não.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral) Do seu conhecimento, então, só esses contratos, ou melhor dizendo, só com o Partido dos Trabalhadores, o PT, não é isso?





AIJE Nº 1943-58,2014,6,00,0000

19 DE SETEMBRO DE 2016

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Hum-hum. Só porque foi... foi quando eu fui colocado em contato com isso. Virei diretor da companhia, em 2005, cuidando de clientes privados. Em 2009, é que eu fui colocado pra cuidar do meu primeiro cliente público, que era a Petrobras. Então, foi a partir daí que eu passei a conviver com esse fato, vamos dizer assim. Então, eu não tinha...

- O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): E a partir de 2005, o Senhor não tomou conhecimento?
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Não, porque os meus clientes eram privados.
- O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Não, a partir de... de... quando o Senhor começou a cuidar da Petrobras?
- O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Ah, foi em 2009. Foi a partir daí que eu sabia que tinha esse esquema dentro da Petrobras, pras duas diretorias, e que estava vinculado a contratos, e que estava vinculado a partidos.
- O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): Ministro eu queria saber se posso... porque me surgiu uma dúvida.
- O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Claro. Por favor!
- O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): Pelo que eu entendi, o depoente disse que esses pagamentos que ele fez, originários, de eventuais comissões de contratos, não foram feitos para partidos. Ele nunca pagou para o PT, nem para o PP, em virtude desses contratos com a Petrobras.

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Perfeito.





AIJE Nº 1943-58,2014,6,00,0000

10 DE SETEMBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Roussef): Pelo que eu entendi, pagava a empresas que eram prestadoras de serviços da Camargo Corrêa, que, por sua vez, davam destinação... mas não houve nenhum pagamento da Camargo Corrêa a partidos políticos, em virtude desses contratos celebrados com a Petrobras. É isso?

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): O equívoco também (ininteligível). Eu vou repetir o que o Senhor afirmou, pra ver se é isso mesmo.

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Perfeito.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Ou seja, os pagamentos eram feitos, não... embora tenha havido esse contato inicial, com o Senhor Vaccari – o senhor não se recorda qual a expressão que foi utilizada –, mas era clara a vinculação com contribuições irregulares?

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Sim.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Mas, a partir do momento que os pagamentos foram feitos, nenhum desses pagamentos foi feitos diretamente a partidos políticos. Até porque, uma das propostas teria sido de doação legalizada ao Partido dos Trabalhadores, mas a própria Camargo Corrêa não teria aceitado.

O SENHOR EDUARDO HERMELINO LEITE (depoente): Exatamente.

O SENHOR MINISTRO HERMAN BENJAMIN (corregedor-geral eleitoral): Esclarecido. Mais alguma pergunta do Ministério Público?

O SENHOR BRUNO CESAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então, agradecemos sua presença, Senhor Eduardo Hermelino Leite, pela colaboração com a Justiça Eleitoral, e declaro encerrada a oitiva.